

UM ESTUDO SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO E SUAS RAÍZES POLÍTICAS

Isadora Maria Vieira Pereira¹; João Pedro Martins de Sousa²; Lívia Caroline Rodrigues Pereira ³; Rogério de Souza Santos ⁴;

1 Isadora Maria Vieira Pereira, Téc. Administração 3º, IFMG Campus Sabará, Belo Horizonte - MG; email
2 João Pedro Martins de Sousa, Téc. Administração 3º, IFMG Campus Sabará,, Belo Horizonte – MG; joapedroifmg0056@gmail.com
3 Lívia, Téc. Informática 3º ano, IFMG Campus Sabará, Belo Horizonte – MG; liviacaroline456@gmail.com
4 Orientador: Rogério de Souza Santos, Campus IFMG Sabará; rogerio.santos@ifmg.edu.br

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar os textos da BNCC, na categoria de ciências da natureza, e suas consequências para o futuro do Ensino de Física. A pesquisa foi realizada por um grupo de estudantes do Ensino técnico integrado do IFMG - Sabará e orientada pelo professor coordenador do projeto e seus colaboradores. Foram estudados os documentos referentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio de uma análise das suas características políticas e a natureza segregacionista presente nos textos da BNCC. Para qualificar os estudantes na etapa de análise dos documentos, o professor/coordenador ministrou aulas no projeto de ensino “Introdução Ao Conhecimento Científico”, voltado à pesquisa científica de cunho político. Depois dessa qualificação, os estudantes fizeram a análise dos documentos. A partir do presente trabalho, se desenvolveu nos estudantes, sujeitos da pesquisa, uma percepção de que o espectro político por trás da formação do documento era voltado, na prática, não para a pluralidade entre as diversas regiões do Brasil - como afirma a própria introdução da Base -, mas, ao contrário, para a renovação das desigualdades, alimentando um processo de anticientificismo nas escolas e corroborando para uma educação que objetiva apenas o suprimento da necessidade imediata de mão de obra criada pelo capitalismo, sem a efetiva transformação (prática e intelectual) dos jovens envolvidos no processo educacional. Também se teve o intuito de elaborar propostas de ensino que sejam realizadas por estudantes do Ensino Médio para estudantes da mesma modalidade de ensino. Entretanto, tal parte ficou para a próxima etapa da pesquisa, a ser realizada no ano letivo de 2023. Ao término do projeto, escrevemos uma carta ao MEC com uma síntese de nossa pesquisa e um esboço de artigo científico com críticas ao BNCC. Ao final, conseguimos responder a pergunta de pesquisa: Como o viés político ideológico da BNCC interfere na qualidade de ensino no Novo Ensino Médio?

INTRODUÇÃO:

O presente projeto teve o intuito de lançar entre os estudantes, dos cursos Técnicos integrados, do Instituto Federal de Educação, de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais campus Sabará (IFMG – Sabará) um olhar crítico sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no conteúdo atinente às ciências da natureza, especificamente ao Ensino de Física. Pretendemos com isso, que os estudantes, participantes do projeto, analisassem a BNCC baseados nas vertentes políticas sustentadoras e também as vertentes críticas ao referido documento.

A colaboração científica na adolescência pode trazer aspectos novos, pela falta de experiência de vida devido a pouca idade, que pode facilitar ou dificultar na lida dos processos de pesquisas científicas. Entretanto, acreditávamos que os estudantes tinham muito a acrescentar – e neste relatório fica perceptível que contribuíram bastante - no desenvolvimento do Ensino, uma vez que eles são o público alvo.. Sendo assim, houve uma participação tanto do professor, quanto dos estudantes em críticas ao texto da BNCC e o Novo Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentada na reforma do Ensino Básico, surge como uma estratégia governamental para melhorar os resultados dos indicadores de desempenho da educação brasileira frente ao baixo rendimento dos estudantes do ensino público. Ferreira (2019, p. 258) diz que:

Como colocado na Exposição de Motivos à MP 746, as justificativas que sustentam a proposta de reforma podem ser agrupadas em quatro argumentos: [...] baixo desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Na elaboração do BNCC houve um comprometimento do governo com as responsabilidades do mundo do trabalho. A educação foi transformada de tal maneira que, agora, é feita para preparar os indivíduos para os desafios que enfrentarão nesse ramo da sociedade.

essa nova estrutura valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional. Além disso, ratifica a organização do Ensino Médio por áreas do conhecimento, sem referência direta a todos os componentes que tradicionalmente compõem o currículo dessa etapa (BRASIL, 2018, p.468).

Há a transformação no processo de ensino e, considerando que, como afirma Paulo Freire (2022, p.19) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, é evidente que o ensino tem o poder de, de alguma forma, alterar as possibilidades dos indivíduos que afeta e esses, por sua vez, mudam a realidade ao seu redor. Dito isso, é essencial salientar que qualquer mudança na educação acarreta em mudanças na forma humana de se pensar e, portanto, na própria eficácia do desenvolvimento humano, tornando-se incontestável a necessidade da discussão do tema.

Com isso, é indubitavelmente de extrema importância a relevância da discussão do tema BNCC e mudanças no Novo Ensino Médio em diálogos a serem realizados, principalmente, entre os jovens brasileiros, entes mais afetados pelas alterações governamentais. Muito se fala sobre a presença do neoliberalismo na BNCC (BORGES, 2020). Para entender isso, é necessário expandir e compreender a influência dos principais pensadores políticos no documento, conforme fora realizado por artigos como o produzido por De Moura, Magalhães e Martineli (2021), relacionando o pensamento das ideologias com trechos da BNCC.

METODOLOGIA:

A presente pesquisa foi de natureza qualitativa e teve como objeto geral os textos da BNCC na categoria de ciências da natureza e suas consequências para o futuro do Ensino de Física.

Assim como Bogdan e Biklen (1994, p. 16) é cabível a expressão “investigação qualitativa” como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.

Nessa perspectiva, essa pesquisa possuiu três características de uma investigação qualitativa, que são:

1. A fonte direta de produção de documentos é de documentos oficiais do governo federal do Brasil, referente ao Novo Ensino Médio, à BNCC e a lei nº 13.415/2017.
2. De natureza interpretativa.
3. A análise dos documentos de pesquisa será feita de forma indutiva.

Antes do início do projeto de pesquisa, ao ser contemplado com as duas bolsas de pesquisa de iniciação científica (PIBIC-Jr) para estudantes do Ensino Técnico Integrado do IFMG campus Sabará, foi feito o anúncio da presente pesquisa, por meio da comunicação oficial do campus, sobre as vagas para seleção dos estudantes bolsistas e voluntários, para uma posterior seleção.

Na seleção dos estudantes foi considerado as notas do estudante na disciplina de Física e a aptidão em se aprofundar no ambiente de pesquisa, avaliado pelo professor coordenador nas entrevistas. Após o processo de seleção, o coordenador da pesquisa divulgou a formação da equipe por meio da comunicação oficial do campus local.

No início dos trabalhos, a equipe passou por um processo de qualificação, que foi retomado de maneira contínua, por meio do projeto de ensino e de literaturas sobre as bases da ciência política. No projeto de ensino, o coordenador do projeto ensinou aos estudantes os processos de uma pesquisa científica e as bases políticas para o desenvolvimento de documentos oficiais.

Logo após, os documentos oficiais supracitados foram lidos e analisados, indo direto para os pontos mais gerais dos textos, que dão as diretrizes ideológicas políticas para o desenvolvimento das partes específicas das áreas de conhecimento. Nesse ponto, o viés político da BNCC foi identificado, tendo como base as diversas teorias políticas.

Depois de fazer essas análises, foi redigido o primeiro relatório de pesquisa, o qual foi apresentado na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que ocorrerá no IFMG – Sabará. A apresentação foi elaborada e apresentada por toda a equipe, com a supervisão e orientação do coordenador de pesquisa. Nessa apresentação, foram informadas as análises feitas até o momento e os próximos passos da pesquisa, a análise dos livros didáticos, tópico a ser aprofundado na “conclusão”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Relação de trechos da BNCC com os pensamentos de Adam Smith e Karl Marx

A lei 13.145, de 16 de fevereiro de 2017, publicada em 16 de abril do mesmo ano e conhecida como Base Nacional Comum Curricular (BNCC) promoveu diversas mudanças para o Ensino Médio, mudando os rumos da educação brasileira. A descrição sobre o documento, presente na introdução deste, é a seguinte:

a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p.7).

Em síntese, a BNCC estabelece, para o Ensino Médio brasileiro, a divisão das disciplinas em diferentes áreas do conhecimento, com sua transformação em 4 grandes grupos, sendo: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Para além disso, cada instituição contaria ainda com formação técnica e profissional. Assim, cada escola deve focar em itinerários formativos, dependendo de suas condições estruturais e financeiras. Dessa forma, a partir da região e realidade em que se encontra, cada escola apresentaria uma diferente estratégia e itinerário(s), a ser planejado de acordo com cada contexto:

cabe aos sistemas e às escolas adotar a organização curricular que melhor responda aos seus contextos e suas condições: áreas, interáreas, componentes, projetos, centros de interesse etc. Independentemente da opção feita, é preciso 'romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizadores e que abranjam a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência no mundo real'(DCN, 2013, p. 183) (BRASIL, 2018, p.19).

Nessa análise, pregando por uma falsa diversidade, a BNCC acaba por segregar as diferentes realidades socioeconômicas do país, gerando uma gigantesca desigualdade entre as diferentes instituições educacionais.

A BNCC e o Marxismo

A Base Nacional Comum Curricular, ao não garantir a verdadeira diversidade nos trâmites da educação, se volta contra os ideais de Paulo Freire, que pregava a educação como crítica e conectada ao mundo externo, como foi analisado anteriormente no presente artigo,

De fato, o Novo Ensino Médio empobrece esta suposta capacidade de escolha dos jovens, à medida que precariza o conhecimento com: a redução da carga horária da base comum, a diminuição da importância de disciplinas vinculadas às Ciências da Natureza e às Ciências Humanas, a submissão da base curricular aos ditames dos organismos internacionais e seus sistemas avaliativos, e ao enfatizar métodos, procedimentos, competências, habilidades e aprendizagens. (MARTINS, SANTOS, 2021, p.17).

A BNCC, na teoria, busca pela formação estudantil de maior qualidade, com uma educação plural e humana, com menos foco em cada disciplina da educação básica, mas com sua abordagem geral:

essa nova estrutura valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional. Além disso, ratifica a organização do Ensino Médio por áreas do conhecimento, sem referência direta a todos os componentes que tradicionalmente compõem o currículo dessa etapa (BRASIL, 2018, p.468).

Entretanto, tais "variados itinerários formativos" evidenciam a desigualdade, uma vez que escolas com menor poderio financeiro ofertariam menos opções de itinerários, com formações mais básicas e, pensando no mercado profissional, muitas vezes com remuneração menor. Dessa forma, estudantes incapacitados de deslocar de sua região de moradia, se limitam aos itinerários oferecidos pelas escolas da região, que, caso não estejam bem financeiramente, não oferecem muitas opções.

No mesmo sentido, a citada ratificação da organização do Ensino Médio precariza os ensinamentos básicos, principalmente das Ciências da Natureza, Humanas e Sociais, a partir da não abordagem de todo o seu conteúdo. Conhecimentos biológicos, químicos, físicos, históricos e sociológicos básicos, formadores de indivíduos mais humanos e críticos, são deixados de lado por uma organização que objetiva a formação apenas profissional, pressionando jovens de 15 ou 16 anos a escolherem (e, como na situação explicada no parágrafo anterior, nem mesmo isso) uma só área profissional. Ao tentar se especializar em contextos restritos e na esperança de preparar o jovem exclusivamente ao mercado de trabalho, adaptando-o à realidade, a educação perde em interconexão e formação crítica.

não é ao acaso, portanto, que tanto a BNCC como o Novo Ensino Médio centram-se na formação de competências e de habilidade em detrimento da aquisição de conhecimento, forçam o discurso na aprendizagem com base no protagonismo juvenil como forma de solucionar os problemas da educação brasileira e, ao mesmo tempo, induzem a despolitização da participação do jovem – reduzida à filantropia – que, neste caso, significa a adequação a ordem social burguesa (MARTINS, SANTOS, 2021, p.17).

Ademais, o documento apresenta, após a retomada dos temas a serem tratados no Ensino Fundamental, como o conteúdo de cada uma das Áreas de Conhecimento no Ensino Médio. Segue o que se fala sobre as Ciências da Natureza:

no Ensino Médio, a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias propõe que os estudantes possam construir e utilizar conhecimentos específicos da área para argumentar, propor soluções e enfrentar desafios locais e/ou globais, relativos às condições de vida e ao ambiente (BRASIL, 2018, p.471).

Como pode ser analisado, a base discorre sobre a utilização de conhecimentos específicos, na resolução de problemas, enfatizando questões locais. Dessa forma, não se estabelece o aprimoramento dos conhecimentos ou o ensinamento e a discussão sobre novos temas das ciências, de maneira que o ensino se torna escasso e limitado. Como afirma Lenine (1986, p.17), "sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário", ou seja, adaptando a citação para o contexto escolar, sem a teoria, o conhecimento em sua totalidade não é adquirido e a prática não é possível.

Assim, a sabedoria dos educandos sobre biologia, física e química se torna escassa e específica, em que o "enfrentamento de desafios locais" buscam disfarçar a precarização do ensino.

Por fim, a Base Nacional Comum Curricular, um documento que serve de base para toda a educação brasileira e, portanto, para todo o funcionamento da sociedade e suas heranças para o futuro, afetando, de imediato, a rotina de milhares de educadores e educandos, não consultou, em seu processo de criação, o objeto de suas mudanças.

para Paulo Freire, a educação possui poder transformador e, portanto, suas bases devem ser escritas em conjunto aos estudantes. Assim, uma política curricular planejada sem a participação de todos os profissionais da educação nunca é neutra, mas sempre defenderá uma faixa social, reafirmando as desigualdades. Na BNCC, para garantir os ditames da sociedade neoliberal, nega-se aos oprimidos o direito ao conhecimento politizado, de forma a torná-los mais facilmente manipuláveis (AMARANTE, MACEDO E MOREIRA, 2021, p. 12).

Em conclusão, para manter o jovem como mera ferramenta da engrenagem da sociedade, a BNCC foi formulada pela classe opressora, a partir da influência de políticos e pensadores integrantes de classes sócio-econômicas historicamente favorecidas, de maneira a, à partir da fictícia liberdade de escolha criada pelos itinerários formativos e da diversidade segregacionista possibilitada pela falta de integração das áreas e das instituições educacionais, possibilitar a precarização dos conhecimentos disciplinares e a capacidade crítica das futuras gerações, que são, dessa maneira, influenciados a se adaptar a realidade à sua volta, garantindo a alienação da sociedade e contrariando o ideal da educação como ferramenta de formação conscientizadora e libertadora.

A BNCC e Milton Friedman

Os defeitos mencionados por Friedman (2015) também são uma das motivações para a BNCC, devido ao baixo rendimento dos alunos das escolas públicas (FERREIRA, 2019).

É possível verificar o compromisso do documento com a inserção do indivíduo na sociedade democrática, demonstrada pelo autor como obtida por meio da educação.

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e **está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva**, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2018, p. 7, grifo nosso).

Notamos que os itinerários, postos e impostos na BNCC, vão neste mesmo caminho. Uma vez que se dividem as turmas em itinerários formativos, numa fase em que os estudantes devem ter mais aprofundada a sua formação cidadã (conviver com os diferentes), separa-se os estudantes em nichos sem que eles tenham a oportunidade de conviver em um ambiente plural. A diversidade é promovida na BNCC para dividir e padronizar. Não há a promoção da pluralidade, das diferenças a seguir ao princípio liberal da igualdade e da tolerância para com as minorias em representatividade no país - especialmente as pessoas pretas, o público LGBTQIA+, e os povos indígenas - que são justamente aquelas que mais precisam de inserção e respeito na sociedade e nos meios políticos.

A BNCC e Adam Smith

Conforme dito por Smith (MACIEL; SOUSA; SOUZA, 2018), o trabalho repetitivo impacta negativamente nas habilidades inventivas do indivíduo, e conseqüentemente, na sua compreensão da realidade. Ou seja, essa ação aliena o trabalhador. Aplicado a esse contexto, quer dizer que o empregado é afastado de sua natureza inventiva pelas tarefas amiudadas.

Tal visão sobre o trabalho é parte do conteúdo ensinado no campo política e trabalho na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio na BNCC:

a categoria trabalho, por sua vez, comporta diferentes dimensões – filosófica, econômica, sociológica ou histórica: como virtude; como forma de produzir riqueza, de dominar e de transformar a natureza; como mercadoria; ou como forma de **alienação** (BRASIL, 2018, p. 556, grifo nosso).

Nesse sentido, a pluralidade pode ser um mecanismo de sanação da alienação causada pelo labor repetitivo. A pluralidade de ideias consiste na diversidade de pensamento, culturas e costumes. No âmbito do trabalho, ela pode fazer com que os trabalhadores compreendam a sua situação de peça em uma empresa que é parecida como uma máquina. Assim, as pessoas são aproximadas das habilidades criativas. Ou seja, quanto maior a acessibilidade de conhecimento e a quantidade de debates e diálogos entre as pessoas de ofício, mais integradas à realidade elas são, evitando a inutilização do obreiro no sistema capitalista.

A educação também vem, nos últimos anos, possuindo um papel de instrução dos trabalhadores. Caminha-se cada vez mais para um mundo voltado para o trabalho qualificado. A divisão do trabalho de Smith hoje é mais técnica e menos operacional, assim, os empregados precisam de cada vez mais possuir conhecimento intelectual do que prático. Como o filósofo destaca que esse sistema de produção é o que traz a riqueza às nações, pode-se concluir que a economia deve centrar-se nessa lógica. A escola não tem de apenas educar as pessoas com o estudo, mas sim prepará-las para desafios que enfrentarão quando labutarem.

Então, pode-se estender a análise de Smith sobre a produtividade da divisão. Há um compromisso do projeto educacional com a formação técnica e profissional que busca o preparo ao labor, o que é enunciado pela lei nº 13.415/2017 do Brasil, que promove as reformas da educação:

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (BRASIL, 2018, p. 8).

O ensino voltado à divisão do trabalho hoje se distancia da ideia original daquele que observou essa modalidade nas fábricas do séc. XVIII. A inclusão dos itinerários busca introduzir conteúdos como empreendedorismo e introdução ao mundo do trabalho, que são disciplinas que não introduzem aquilo que é necessário para evitar a alienação, mas sim aproximar a criatura daquilo que a aliena.

CONCLUSÕES:

O presente documento apresentou as metodologias e os resultados da pesquisa realizada pelos alunos em colaboração ao professor responsável sobre a BNCC. Por meio delas, os estudantes foram capazes de desenvolver suas habilidades de pesquisa e de conhecimento crítico, com a elaboração de discussões sobre a reforma do Ensino Médio, como se evidência nos resultados deste artigo. Concluindo, portanto, que o ser humano é um ser político e, nessa perspectiva, ideologias influenciaram na formação da Base Nacional, foi possível identificar os erros na construção do documento.

Dessa forma, o caráter discriminatório e não plural da nova educação, que precariza e reduz a capacidade de aprendizagem dos estudantes, é evidente, como apresenta Martins:

De fato, o Novo Ensino Médio empobrece esta suposta capacidade de escolha dos jovens, à medida que precariza o conhecimento com: a redução da carga horária da base comum, a diminuição da importância de disciplinas vinculadas às Ciências da Natureza e às Ciências Humanas, a submissão da base curricular aos ditames dos organismos internacionais e seus sistemas avaliativos, e ao enfatizar métodos, procedimentos, competências, habilidades e aprendizagens. (MARTINS, SANTOS, 2021, p.17).

Assim, é inquestionável a urgência de ações de contraposição ao sistema proposto pela BNCC, o que leva os pesquisadores às novas etapas de seu trabalho. O passo seguinte, ainda a ser realizado, será voltado para a parte específica das ciências da natureza. Será feita a divisão dos assuntos apresentados dentro da BNCC em quatro categorias: Química, Biologia, Física e assuntos convergentes. O intuito é a análise e crítica à proposta desses conteúdos da BNCC, a partir da primeira parte da pesquisa, em que, como apresentado, já se é possível caracterizar o viés político do documento. O objetivo principal é analisar quais as consequências das diretrizes apontadas na BNCC no desenvolvimento do pensamento dos estudantes e em sua formação integral. Com a carência de tempo hábil para essa parte da pesquisa, ela foi deixada para o próximo ano letivo.

Por fim, será gerado um relatório de pesquisa – um esboço de artigo científico – com potencial de ser um artigo científico. Nele estarão presentes críticas atinentes a precarização do Ensino Médio por meio dos itinerários formativos e a falta de pluralidade no processo Ensino-aprendizagem, com inspirações nos resultados já anteriormente apresentados, que reforçam os ideários não plurais da Base.

Nesse ínterim, vale destacar que o objetivo final da pesquisa é oferecer uma alternativa de aprendizado mais eficaz no que diz respeito ao desenvolvimento teórico, crítico e prático dos estudantes, de forma a contribuir para mudanças de mentalidade em prol de um cada vez maior e melhor desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, Kamylla Pereira. **“EU VEJO O FUTURO REPETIR O PASSADO”**: BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990. Revista Pedagógica, v. 22, p. 1-24, 2020.. Disponível em:<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5676>>. Acesso em jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Online. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em jan. 2023.

DE MOURA VASCONCELOS, Carolina; MAGALHÃES, Carlos Henrique Ferreira; MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico. **A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC**. EccoS–Revista Científica, n. 58, p. 10726, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10726/9223>>. Acesso em jan. 2023.

FERREIRA, Luan et al. Educação™: **Discussões sobre o “Novo Ensino Médio” do Brasil**. 2019. Disponível em <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/50356/28001>>. Acesso em 04 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, v. 19897, 2022.

FRIEDMAN, Milton. **Livre para escolher: Uma reflexão sobre a relação entre liberdade e economia**. Editora Record, 2015.

LENINE, Vladimir Ilitch. **Que fazer**. Obras escolhidas, v. 1, p. 3, 1986.

MACIEL, Paulo Henrique Freitas; SOUSA, Antonia de Abreu; SOUZA, Ana Carmita Bezerra de. **Liberalismo e financiamento da educação em Adam Smith**. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/33614/pdf>>, Acesso em 04 jan. 2023.

MARTINS, Suely Aparecida; DOS SANTOS, Franciele Soares. **Novo ensino médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens**. Revista Pedagógica, v. 23, p. 1-27, 2021.